

## Eixo articulador – Transição Ecológica para a sociedade do Século XXI

A transição ecológica é um processo estratégico voltado a uma economia justa, que respeita todas as formas de vida e garante a manutenção da vida humana, integra políticas públicas que prezam pela garantia e soberania do ar, da água, dos minérios, fauna e flora. Sustenta a promoção de transformações na sociedade, visando à distribuição da renda, à justiça social, ao exercício da liberdade, à democracia, à soberania popular e do País e a um mundo multipolar. Não terá forma única e deverá levar em conta os padrões atuais de desenvolvimento econômico, cultural, sócio-ambiental e político.

Isso quer dizer que devemos considerar a questão ambiental, o modo de produção e a economia de baixo carbono como aspectos a serem integrados a partir da ação do Estado e da participação da sociedade. Ela contribuirá para superação de um capitalismo predatório, cujas dinâmicas de concentração da riqueza só têm se acentuado, e para que alcancemos uma sociedade que não mais se estruture com base na exploração do trabalho humano, na dominação do homem pelo homem, no controle e na manipulação das ideias, nas várias formas de autoritarismo, violência, racismo, machismo, xenofobia, lgbtphobia e ataque aos direitos humanos fundamentais.

A transição ecológica aponta para uma nova forma de produção com baixo impacto ambiental e alto valor agregado, valendo-se, para isso, da adoção de tecnologias modernas, flexíveis e inteligentes. As tecnologias incluem as tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia, nanotecnologia, agricultura de baixo carbono, tecnologias da economia circular (eficiência energética, uso de materiais, reciclagem etc.). Para tanto, será necessário grande aporte da ciência e da tecnologia, assim como a busca de nossa soberania energética.

A Transição Ecológica pretende assegurar a saúde natural do planeta, superar a crise climática, transformando as formas de produzir e assegurar a manutenção dos biomas. Não se pode desperdiçar e esgotar recursos existentes, desconsiderando as necessidades das gerações atuais e futuras. Nosso desafio, em escala planetária, é gerar maior qualidade de vida para os seres humanos, considerando o necessário cuidado com as relações pessoais e sociais a serem materializadas, na garantia dos direitos sociais, humanos, políticos, civis e sociais de mulheres e homens, pessoas negras, indígenas, das juventudes e pessoas LGBT, no campo, nas regiões de floresta, ribeirinhas e nas cidades.

A superação do envenenamento massivo da natureza requer transformações dos padrões atuais de concentração de terras e produção no campo. É preciso reverter a dinâmica de ruptura ecológica atual, favorecendo a soberania alimentar, a agroecologia na perspectiva de mudanças estruturais da produção e do consumo de alimentos ultraprocessados e dos consequentes problemas de saúde deles decorrentes.

Coerente com essa visão, a Transição ecológica deve inspirar políticas que contribuam para instituir outros valores e referenciais de consumo.

A Transição Ecológica se tornou inegociável para a vida humana e deve acontecer de forma justa e progressiva, ou corre o risco de se tornar mais uma solução para a crise capitalista. Para o PT, a concepção de Transição Ecológica é, portanto, inseparável da perspectiva do socialismo democrático estabelecida em nossas resoluções.

No âmbito do município, a perspectiva da Transição Ecológica (apresentada no programa de governo Lula/Haddad nas eleições de 2018) avança nossa formulação histórica em relação ao desenvolvimento sustentável<sup>1</sup>, na medida em que aponta para novas formas de produção econômica e superação da crise

---

<sup>1</sup> O PT concebeu historicamente o **desenvolvimento local sustentável** como: *a articulação das políticas públicas no âmbito social, ambiental, econômico, cultural e ético, de modo a garantir a preservação da vida e dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras. Isso implica a perspectiva de que os ganhos e benefícios do crescimento econômico sejam apropriados por toda a população, isto é, crescimento, estabilidade e distribuição. Por outro lado, o desenvolvimento econômico e a inclusão social não devem acarretar o desequilíbrio ecológico-ambiental e destruir os recursos naturais.*

mundial, da consideração das diferentes dimensões da vida das pessoas e das experiências sociais e culturais nos territórios, o que deve se traduzir em integração das políticas a partir do Estado.

Assumir a Transição Ecológica como eixo norteador da gestão e dos mandatos parlamentares, no que temos definido como sendo o Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar, é amadurecer as políticas sociais a partir dos princípios da sustentabilidade. Considerando nossa visão sobre o Brasil e a sociedade que queremos no século XXI<sup>2</sup>, reconhecemos que a solução para a grave crise climática na qual nos encontramos está diretamente ligada a concepção ambiental, inclusão social, educação, saúde, cultura, saneamento, planejamento urbano, mobilidade e também aos modelos econômicos e de gestão. Significa, portanto, assumir que planejamento urbano sem saneamento básico, desenvolvimento econômico sem redução de carbono, habitação sem plano de arborização, saúde sem SUS são soluções que caberiam para o século passado. Nas áreas florestais e costeiras, não necessariamente a atividade de manejo sustentável é o único caminho.

Nossos programas para campanha e para o governo estarão alinhados com as ODSs3, sem, contudo, restringir-se a elas.

É preciso promover mudanças nos padrões de consciência, cultura política e de comunicação na sociedade, permitindo maior organização e participação, especialmente dos trabalhadores e das trabalhadoras e dos setores excluídos, bem como a ampliação do espaço público, de maneira a evidenciar os diferentes interesses e conflitos.

Estamos certos de que a solução para a grave crise climática na qual nos encontramos dependerá necessariamente da articulação das políticas econômica, social, cultural e ambiental. Há uma relação recíproca entre elas, cujo fortalecimento é necessário à transição e à mudança nos padrões de vida em sociedade para a maioria das pessoas. Isso justifica a articulação entre o planejamento de governo e todos os instrumentos de planejamento como PPA, LDO, LOA, plano diretor e planos setoriais.

### **Transição ecológica para Bem Viver nas cidades**

A concretização de orientações que façam avançar as várias dimensões da Transição Ecológica em todas as cidades depende, como já apontamos, de uma articulação entre as políticas desenvolvidas em âmbito nacional, estadual e municipal.

É fundamental que, nestas eleições, essa perspectiva seja apontada. Nossos candidatos e candidatas aos parlamentos e executivos locais devem se colocar como lideranças dessa política no âmbito das cidades e, também, em âmbito regional, como contraposição a ação do governo Bolsonaro de destruição da vasta riqueza natural do Brasil, dos direitos, do patrimônio e da soberania nacional.

O PT, no lugar do ódio, da desesperança e da destruição, defenderá a proteção da vida e mudanças nas cidades, ainda que os recursos se tornem muito limitados em função da recessão econômica e das devastadoras consequências da pandemia mundial do coronavírus.

Para tanto, é preciso defender um pacto federativo entre União, Estados e Municípios que alcance outros padrões de colaboração e financiamento, partindo-se da experiência dos governos do Presidente

---

*Sob esta ótica, sustentabilidade é condição estratégica para garantir o direito à cidadania e superar a pobreza, a violência e as desigualdades. O desenvolvimento da economia, com o uso de tecnologias sociais, ganha uma conotação que não traz só crescimento, mas também alavanca aquelas outras condições.*

2 Plano de Governo Lula-Haddad, 2018.

3Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque, 2015. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>.

Lula e da Presidenta Dilma e da negação da política fisiológica e agressiva do governo Bolsonaro em relação às demais esferas de governo<sup>4</sup>.

Além da defesa de outra relação com o governo federal, é fundamental, para impulsionar e integrar as políticas e potencializar recursos de toda ordem, a articulação de municípios de uma mesma região, que pode facilitar modificações na produção econômica, de acordo com as propostas aqui formuladas, bem como o estabelecimento de ações comuns no campo da educação, da saúde, da assistência e da participação social.

No mesmo sentido, as cidades podem e devem estabelecer relações com outras cidades do mundo, voltadas à construção de relações econômicas, intercâmbios científicos e culturais, projetos de cooperação em outras áreas, movidos pelos mesmos princípios relativos às mudanças na base produtiva e na produção e distribuição da riqueza.

Na crise em que os municípios vivem e viverão, é preciso uma atenção muito responsável e uma conduta criativa para buscar sustentar condições de financiamento com capacidade de execução de políticas, e isso envolve oportunidades relativas às diretrizes da estratégia de Transição Ecológica.

Como apontamos, nossos prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras deverão se empenhar em um planejamento integrado, que articule iniciativas para mudanças na matriz produtiva, políticas de geração de emprego e renda, de direito ao trabalho, ao crédito, à posse da terra, à titularidade de imóveis, aos bens públicos e à educação, à saúde, à habitação, à assistência mobilidade e ao transporte de qualidade a partir de infraestrutura limpa e de tudo o que é indispensável para a vida em uma sociedade democrática.

É preciso transformar as cidades e as regiões em territórios inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

O **Bem Viver** é um conceito em construção a partir da maneira indígena de ver a vida, enfatizando cosmovisões, experiências e determinadas práticas existentes nos Andes e na Amazônia, assim como em outros lugares do planeta. No Brasil, também pode ser interpretado como *nhandereko* (guarani). As culturas indígenas veem a natureza de forma integral, sendo a Terra (*Pacha Mama*) um organismo vivo, da qual os seres humanos fazem parte. Além disso, os indígenas se dedicam mais a viver, enquanto a sociedade do consumo se dedica a consumir.

A sabedoria dos povos tradicionais consiste em se reconhecer como parte integrante da natureza, e são conscientes de que a agressão a ela é uma autoagressão. A ideia de que nós, os humanos, nos descolamos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda para estes povos. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. O respeito por *Pacha Mama*, hoje, é compartilhado por grandes setores da humanidade que estão lutando contra o extermínio do mundo.

Nesse sentido, o Bem Viver se apresenta como uma reconstrução utópica de futuro, a partir da visão andina e amazônica, em um projeto pós-capitalista, em uma luta por transformação civilizatória, que deve servir de inspiração para as políticas públicas que pretendem promover territórios plenos, cujos habitantes sintam-se pertencentes, responsáveis e parte integrante da cidade, do campo, dos processos de decisão e de tudo que coexiste no mesmo espaço.

---

<sup>4</sup> Ver texto “Retrocessos no Eixo Transição Ecológica para a sociedade do Século XXI.

## Orientações para a Transição Ecológica

- O município, por meio de suas lideranças, deve assumir a frente e participar de processos para influir nas macropolíticas em âmbito regional, estadual e nacional;
- O planejamento territorial deve envolver um diálogo amplo entre os municípios de uma mesma microrregião, mesorregião ou território específico, favorecendo práticas cooperativas, a implementação de políticas públicas e a busca de soluções, exigindo-se providências do governo federal. As articulações regionais são elementos fundamentais para a sobrevivência das cidades;
- A constituição de câmaras, conselhos, agências de desenvolvimento local e regional, agendas de desenvolvimento territorial, consórcios públicos, sistemas de governança metropolitana são modalidades de articulação interinstitucional e/ou interfederativas que podem organizar esses processos em uma escala onde é possível identificar problemas e possibilidades comuns a determinados municípios;
- A pandemia do coronavírus aprofundará o quadro recessivo em função do enjugamento do Estado, promovido pelo atual governo federal e do teto de investimentos estabelecido ainda durante o governo golpista de Michel Temer (que limitou os investimentos públicos). Medidas de incentivo fiscal à indústria de baixo carbono são exemplos de iniciativas que podem ser tomadas;
- Há que se ter criatividade em cada local, sabendo que uma experiência pode conduzir a uma situação específica e transformadora. Por exemplo, não é necessariamente uma grande indústria ou a implantação de um distrito industrial tradicional que irá trazer avanços econômicos e superação da pobreza em determinada região. É preciso conhecer bem a infraestrutura existente no município, bem como possíveis e eventuais investimentos que poderão ser feitos pelos governos municipais, estaduais e federal na região, nesse contexto de grave crise econômica e diminuição das iniciativas do Estado. A construção de uma rodovia, de uma estrada vicinal, de um porto, de um conjunto habitacional, a extensão da rede elétrica e de comunicações, a existência de escolas técnicas ou faculdades, além de programas de formação profissional ou pesquisas e estudos da economia local e regional são alguns dos elementos indutores da atividade econômica, de atração de investimentos e de inclusão social;
- Devem ser coletados, produzidos e analisados dados objetivos que indiquem tendências locais ou regionais, demandas históricas da comunidade, recursos e oportunidades em potencial como base para a construção do programa e plano de governo e das propostas de mandato parlamentar. Mantidos atualizados, serão registros contínuos para o aperfeiçoamento das experiências desenvolvidas e o diálogo com a sociedade;
- Devemos combater a ideia neoliberal, que incentiva a competição entre regiões e municípios, por meio da guerra fiscal, para atrair grandes empresas e investimentos. Do mesmo modo, apresentar alternativas de gestão opostas à privatização de parques, agências de saneamento e de outras formas de mercantilização dos direitos básicos para preservação da vida;
- As políticas de Transição Ecológica devem ser formuladas e acompanhadas com a mais ampla participação cidadã e controle social, especialmente popular.

## Propostas para a Transição Ecológica

- As práticas de gestão devem levar em conta o conhecimento acumulado de lideranças, especialistas, comunidades, sindicatos, empresas, universidades e instituições locais, que deve ser socializado e difundido. Bons exemplos disso são a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos<sup>5</sup>, e as técnicas de agroflorestamento utilizadas por povos tradicionais, originários e rurais, que garantem produção agrícola e conservação ambiental ao mesmo tempo. Essa conduta pode fortalecer a

---

5 Decreto 5.813/2006, cujas diretrizes foram detalhadas no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, assinados por 10 ministérios. Disponível em <[http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2008/pri2960\\_09\\_12\\_2008.html](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html)>.

capilaridade territorial para fazer avançar as propostas e o desenvolvimento de tecnologias sociais inovadoras;

- Estimular a responsabilidade e a participação da sociedade nas iniciativas de controle da poluição e do impacto ambiental, dentre outras medidas capazes de promover uma nova cultura de relação com a cidade; entretanto, o cidadão e a cidadã não podem ser responsabilizados por todo um sistema que promove o oposto. Assim sendo, os planos devem prever ações educativas e integradas dos três setores<sup>6</sup>;
- Implantar equipamentos de acolhimento às mulheres e pessoas LGBT vítimas de violência doméstica ou homofobia, bem como ferramentas que visem à garantia de direitos dos povos originários e populações tradicionais;
- Os programas de geração de renda e de capacitação para o trabalho, vinculados às políticas de acesso ao crédito e às tecnologias, políticas de abastecimento e de comercialização dos produtos e, ainda, a prestação de serviços, atividades industriais ou agropecuárias serão fundamentais para a geração de renda e para o conjunto da atividade econômica;
- Fortalecer processos de participação, como Orçamento Participativo, Audiências Públicas, Congresso da Cidade, entre outras iniciativas, visando concretizar e acompanhar (parlamento e sociedade) a Transição Ecológica no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Sustentável, Plano Plurianual, Planos de Políticas Públicas, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual. É imprescindível fortalecer os Conselhos e as relações de representação bem como favorecer a articulação entre eles para a realização de políticas integradas (*ver mais no Eixo Participação Popular e Cidadã e Controle Social*);
- Identificar e explorar potenciais vocações do município, tendo em vista suas já existentes redes econômicas, sua biodiversidade, suas vantagens e sua inserção na economia regional, fomentando o caráter sustentável de suas atividades.

---

<sup>6</sup> Público, privado e social.